

ADMINISTRAÇÃO

- 01.** De acordo com Fayol, o direito de dar ordens e o dever de prestar contas referem-se aos seguintes princípios gerais de administração:
- A) autoridade e disciplina
 - B) disciplina e centralização
 - C) autoridade e responsabilidade
 - D) responsabilidade e centralização
- 02.** Todos atingem um dia seu nível de incompetência, podendo um especialista competente tornar-se um administrador incompetente, desde que continue a raciocinar e comportar-se como especialista, sem conseguir assumir o papel e as responsabilidades de administrador. Esta afirmativa é conhecida como princípio de:
- A) Ford
 - B) Peter
 - C) Taylor
 - D) Posdcorb
- 03.** Segundo Etzioni, as categorias de organização são definidas pelo tipo de poder exercido sobre as pessoas. O poder do tipo manipulativo está presente nas organizações classificadas como:
- A) utilitárias
 - B) coercitivas
 - C) normativas
 - D) burocráticas
- 04.** O problema existente no processo de percepção das pessoas em que o comportamento de um indivíduo serve de base para uma generalização a respeito da sua conduta é chamado de:
- A) contraste
 - B) efeito halo
 - C) estereótipo
 - D) preconceito
- 05.** Maslow desenvolveu a idéia de que as necessidades humanas dispõem-se numa hierarquia complexa. As necessidades de interação e aceitação referem-se à necessidade do tipo:
- A) de auto-realização
 - B) fisiológicas
 - C) de estima
 - D) sociais
- 06.** Segundo Blake e Mouton, numa visão bidimensional de liderança, o executivo pode dar muita ou pouca ênfase para tarefas e, ao mesmo tempo, muita ou pouca ênfase para as pessoas. Para a combinação líder/tarefa orientada para a produção, dá-se, no *grid* gerencial, os seguintes valores:
- A) 9 , 1
 - B) 5 , 5
 - C) 1 , 9
 - D) 1 , 1
- 07.** A capacidade de influenciar a conduta dos outros e, em troca, resistir a influências indesejadas, refere-se ao conceito de:
- A) negociação
 - B) motivação
 - C) liderança
 - D) poder
- 08.** Nas organizações holográficas, os controles se farão basicamente em termos de resultados coletivos e setoriais, com ênfase nos aspectos relacionados a:
- A) centros de custos
 - B) impostos pagos
 - C) valores críticos
 - D) lucros gerais
- 09.** A motivação para McGregor é apresentada segundo as teorias "x" e "y". De acordo com as premissas da teoria "x", o homem caracteriza-se por:
- A) ter aversão ao trabalho, evitando-o se possível
 - B) ter interesse pelo trabalho, produzindo mais, se motivado
 - C) praticar o autocomando e autocontrole, objetivando a organização
 - D) definir o esforço físico e mental como naturais, considerando-os lazer e repouso
- 10.** Segundo Wagner III & Hollenbeck, o tipo de comportamento organizacional que se concentra principalmente na compreensão dos comportamentos das pessoas que trabalham em equipes é o:
- A) multiorganizacional
 - B) microorganizacional
 - C) mesoorganizacional
 - D) macroorganizacional

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 11.** Para que se possa alienar bens públicos e imóveis, que se constituam de áreas remanescentes de obras públicas inaproveitáveis, isoladamente, a licitação será:
- A) dispensada, sob condições previstas em lei
 - B) inexigível, por inviável a competição
 - C) exigível, por determinação legal
 - D) dispensada facultativamente

- 12.** A alternativa que caracteriza adequadamente um preceito constitucional sobre o efetivo exercício de um servidor público em um mandato eletivo é:
- A) o Vereador, não havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo
 - B) o Deputado Distrital terá que se afastar do seu cargo para exercer seu mandato, sendo ele servidor público da Administração, direta, autárquica e fundacional
 - C) o Prefeito poderá desempenhar as atribuições decorrentes de seu cargo, cumulativamente com as atribuições decorrentes do seu mandato, se compatíveis os horários
 - D) o Deputado Federal, em exercício desse mandato, terá esse tempo computado como de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento
- 13.** Pelo Texto Constitucional Federal, no seu art. 40, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Os servidores abrangidos pelo regime de previdência do citado artigo se submeterão à:
- A) fixação do valor das aposentadorias referenciado pelo limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social
 - B) contagem do tempo de contribuição federal, estadual ou municipal para efeito de aposentadoria e tempo de serviço, para todos os efeitos
 - C) aposentadoria voluntária, desde que cumprido tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a mesma
 - D) proibição de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência, uma vez que a acumulação de cargos remunerados na administração pública é expressamente proibida pelo texto constitucional
- 14.** A alternativa que se refere adequadamente às modalidades de licitação é:
- A) a venda de bens móveis e imóveis e a dispensa da fase prévia de habilitação são características do leilão
 - B) a autoridade administrativa está impedida de optar pela realização da concorrência, em situação submetida a convite
 - C) a concorrência, o convite e a tomada de preços são classificados com base na complexidade do procedimento administrativo e no valor da contratação
 - D) o convite, o concurso e o leilão se diferenciam, uma vez que os dois primeiros destinam-se a contratos com finalidades específicas, e não a quaisquer aquisições de bens e serviços
- 15.** A perda do cargo de servidor estável, em virtude do excesso dos limites com despesa de pessoal, disciplinada no artigo 169 da Carta da República, provoca o seguinte preceito:
- A) a perda do cargo se dará por ato normativo, com a especificação da unidade funcional objeto da redução do quadro
 - B) o servidor terá direito à indenização proporcional ao tempo de serviço, na base de um mês de remuneração por mês de serviço
 - C) o cargo será considerado extinto e proibida a criação de cargo com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de 3 anos
 - D) o cargo deixado vago com a exoneração do servidor estável será considerado extinto, sendo defesa a criação de cargo, com atribuições iguais ou assemelhadas, pelo prazo de 4 anos
- 16.** Leia atentamente a estória abaixo.
- João, agente fiscal do órgão do Município X, encarregado da fiscalização de obras de construção civil, constatou, após efetuada a vistoria da edificação de um prédio, que certa etapa da obra, constante do projeto como destinada à feitura de uma sauna, estava sendo cumprida em área pública, logo, além do limite escriturado do terreno. João se deu por convencido do fato de que a obra estava sendo desenvolvida em desacordo com o projeto ora aprovado na repartição competente e com a devida liberação do alvará de construção.
- A alternativa que guarda relação lógica com a estória acima citada é:
- A) discricionariedade – se a conveniência e oportunidade de decidir quanto à demolição da parte irregular é de João, fica permitida a demolição, condicionada, porém, à autorização judicial
 - B) presunção de legitimidade – se este atributo autoriza execução imediata de um ato, a demolição poderá ser efetivada, condicionada, porém, à autorização judicial
 - C) coercibilidade – se não houver autorização judicial, o agente público (João) ficará impedido de atribuir multas ou de coagir o administrado a demolir a parte irregular
 - D) auto-executoriedade – se o administrado não regularizar a obra, a administração poderá demolir a parte irregular, mesmo sem autorização judicial

17. A alternativa que explicita preceitos adequados à concessão é:
- A) a concessão, em caso de outorga, obriga que a licitação seja feita nas modalidades de concorrência ou tomada de preços, e, se não for caso de outorga, seja realizada via pregão ou leilão
 - B) a concessão de serviços públicos propriamente ditos, devido a sua característica de essencialidade, torna tais serviços obrigados à remuneração por meio de tarifa ou preço público
 - C) a concessão não se confunde com a permissão e a autorização, uma vez que aquela é ato bilateral e precário e resulta de um contrato, enquanto estas consubstanciam ato unilateral da Administração
 - D) a concessão deve ser conferida sem exclusividade, com base no princípio da livre concorrência, admitindo-se, por lei, a concessão com exclusividade quando houver inviabilidade técnica ou econômica de concorrência na prestação do serviço, devidamente justificada
18. Das alternativas abaixo, aquela que guarda perfeita coerência em seu texto, quanto à teoria da prestação dos serviços públicos, é:
- A) a concessão de serviço público é a delegação à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para desempenhá-lo, por sua conta e risco e por prazo determinado, não transferindo o poder público a titularidade do serviço, mas apenas a sua execução, observado o contrato
 - B) os serviços *uti singuli* divisíveis ou individuais são aqueles que têm usuários determinados e utilização particular e mensurável para cada destinatário, devendo ser custeados por meio de impostos
 - C) os serviços *uti universi* ou gerais são aqueles prestados para usuários indeterminados, para atender à coletividade no seu todo, devendo ser custeados pela espécie tributária taxa ou por tarifa
 - D) a prestação de serviços públicos é regida pelos princípios doutrinários da permanência, da especialidade, da eficiência, da cortesia e da modicidade
19. No que tange ao processo administrativo e à exigência constitucional de provimento por concurso público dos cargos efetivos, o princípio que autoriza a instituição do processo por iniciativa da Administração, sem necessidade de provocação, e o princípio que fundamenta a exigência citada são, respectivamente, os da:
- A) razoabilidade e isonomia
 - B) legalidade e publicidade
 - C) oficialidade e isonomia
 - D) finalidade e isonomia

20. A Constituição Federal, em seu art. 37, disciplina a responsabilidade civil da administração pública. Nesta esteira de raciocínio, é de conhecimento que a responsabilidade civil da administração pública passou por diversas etapas antes de atingir o atual estágio. Ela veio desde a fase em que o Estado sequer respondia pelos prejuízos causados a particulares até a atual, em que obedece a regras especiais de direito público.

Diante disso, a alternativa que descreve adequadamente sobre o tema responsabilidade civil do Estado é:

- A) as empresas privadas prestadoras de serviços públicos submetem-se às mesmas regras de responsabilidade civil aplicáveis aos entes públicos, quanto a prejuízos causados a particulares
 - B) o Estado não estará obrigado a indenizar o condenado, se comprovado erro judiciário, vez que uma sentença judicial não possui natureza de ato administrativo
 - C) o Estado responderá subjetivamente no caso de acidentes nucleares, com base na teoria do risco integral que, como regra, vigora no Brasil
 - D) o agente causador do prejuízo, se demandado regressivamente, responderá, perante a administração pública, de forma objetiva
21. A alternativa que guarda relação direta com a teoria geral do órgão público é:
- A) a teoria da imputação, segundo a qual a atuação dos órgãos é imputada à pessoa jurídica que eles integram, na verdade, confunde-se com a teoria da representação, segundo a qual o órgão representa a entidade à qual pertence
 - B) os órgãos não têm personalidade jurídica, tampouco vontade própria; e, por meio de seus agentes, expressam a vontade da entidade a que pertencem, mantendo relações funcionais entre si e com terceiros
 - C) o órgão se confunde com agente público que age como representante da pessoa jurídica, como se mandatário fosse, uma vez que o órgão é parte integrante do Estado, da pessoa jurídica a que pertence
 - D) a atividade funcional do agente é imputada à entidade da qual o órgão faz parte e, se o agente agir além de sua competência funcional, a imputação continua recaindo sobre a entidade que o órgão integra

22. Considere a situação hipotética abaixo:

Mário Cláudio, servidor público, responde a um processo administrativo disciplinar e, ao mesmo tempo, a um processo criminal. Ao se observarem os dois processos, identificou-se que eles se dão à conta de fato idêntico.

Tendo por base essa situação e a teoria do processo administrativo, a atitude cabível à administração pública é:

- A) se o servidor for absolvido no juízo criminal por sentença transitada em julgado, que afirma não ter ocorrido o fato a ele atribuído e se surgir nova prova que demonstre o fato proclamado, a administração pode punir o servidor
- B) enquanto não for proferida a sentença no processo criminal, considerando, por exemplo, que não houve tempo hábil para se apurar a culpa pelos fatos ou a certeza de que a prova é conclusiva, a administração não pode punir o servidor no processo administrativo
- C) quando houver punição de um servidor por demissão, terá ele o direito de provocar o controle jurisdicional desse ato, valendo-se, para tal, do *habeas corpus*, uma vez que a demissão importará restrição ao seu direito de ir e vir, e não mais poderá exercer suas funções
- D) não há impedimento de que a administração puna o servidor no processo administrativo pelos mesmos fatos, à vista das mesmas provas, quando o juízo criminal absolver o servidor por achar que a prova não é conclusiva da sua culpa ou por entender que o fato por ele cometido não constitui crime

23. Do Decreto Municipal n.º 2477/94, que regula a Lei n.º 133, de 19.11.1979, que por sua vez dispõe sobre atos da Administração Direta e Autárquica do Município do Rio de Janeiro, podemos inferir que a competência das autoridades municipais para a expedição de atos está regularmente descrita em:

- A) os Secretários Municipais expedem resolução, denominada conjunta quando tratar de assunto pertinente à área de competência exclusiva de determinada Secretaria Municipal
- B) o Prefeito, os titulares dos órgãos de nível departamental e os titulares dos órgãos de demais níveis expedem, em sua forma privativa, por exemplo, decreto, portaria e ordem de serviço, respectivamente
- C) os Secretários Municipais expedem resolução, denominada conjunta quando tratar de assunto pertinente à área de competência privativa do Gabinete do Prefeito ou de outro órgão diretamente subordinado ao Prefeito
- D) os Presidentes dos órgãos de deliberação coletiva, de natureza não consultiva, conforme preceitua o inciso V, art. 3º, do Decreto 2477/94, quando competentes para a prática de atos administrativos, expedem deliberação

24. Consubstanciado no tema “servidores públicos”, à luz da Carta da República, tem-se, dentre outras coisas, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

A alternativa que espelha descrição adequada ao tema e às informações acima é:

- A) as disposições do art. 7º da Constituição Federal de 1988 aplicam-se aos servidores ocupantes de cargo público, não podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão, levando em conta o princípio constitucional da isonomia
- B) a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará, dentre outras coisas, a natureza dos cargos componentes de cada carreira, os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos
- C) a União, os Estados e o Distrito Federal criarão e manterão escolas de governo para formação e treinamento dos servidores, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para promoção na carreira, exigida, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados
- D) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, através de lei complementar, poderão estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecendo-se, em qualquer caso, ao disposto no artigo 37, XI, da Constituição Federal de 1988

25. Sustentado no tema “Controle da Administração Pública”, depreende-se que a alternativa que enuncia adequadamente o papel do Tribunal de Contas da União como órgão de controle é:

- A) dispõe de poder regulamentar, em razão do qual pode expedir atos e instruções de caráter normativo sobre matéria de suas atribuições e organização dos processos que lhe devam ser submetidos
- B) é subordinado ao Congresso Nacional, que é quem exerce o controle externo da administração pública federal, conforme dispõe a Constituição Federal, dependente dele, e não possuindo funções próprias
- C) exerce fiscalização contábil, financeira e orçamentária, mas dele não alcança as entidades da administração indireta federal, com base em preceito expressamente disposto no texto constitucional federal, como limitação ao poder deste Tribunal
- D) exerce a fiscalização orçamentária, por exemplo, dos atos da administração pública, no desempenho de suas funções institucionais de controle externo, conforme expressamente previsto na Carta da República, admitindo exame quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade, conveniência e oportunidade dos atos de gestão

26. Com base no “Processo Administrativo no Município do Rio de Janeiro” e na legislação pertinente, a alternativa que representa, em horas, o prazo para os despachos de simples encaminhamento, e, respectivamente, em dias, os prazos para emissão de pareceres, e para cumprimento de exigências, é:
- A) 72, 10, 15
 - B) 48, 15, 5
 - C) 36, 60, 30
 - D) 24, 30, 10

DIREITO CONSTITUCIONAL

27. O Congresso Nacional tem competência exclusiva para autorizar o Presidente da República a:
- A) ausentar-se do País, quando a ausência exceder a trinta dias e celebrar a paz
 - B) declarar guerra e permitir, em terras indígenas, a exploração de recursos hídricos, na forma de lei complementar
 - C) declarar guerra e, nos casos previstos expressamente no Texto Constitucional, convocar referendo e plebiscito
 - D) declarar guerra e permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional, observados os casos expressos em lei complementar
28. O Texto Constitucional Federal elenca os órgãos componentes do Poder Judiciário Brasileiro. O órgão deste Poder extinto pela Carta Magna de 1988 foi:
- A) Tribunal Superior do Trabalho
 - B) Tribunal Federal de Recursos
 - C) Superior Tribunal de Justiça
 - D) Tribunal de Alçada
29. Sobre “Organização dos Poderes”, tema inscrito na Constituição Federal, pode-se inferir que a alternativa adequadamente descrita a seu respeito é:
- A) o Presidente da República tem competência privativa para editar medidas provisórias que perderão a sua eficácia, se não forem convertidas em lei no prazo de 30 dias, prorrogável por igual período
 - B) os Ministros do Supremo Tribunal Federal, no caso de cometimento de crimes de responsabilidade, serão processados e julgados pelo Senado Federal, considerando ser privativamente sua tal competência
 - C) o Presidente do Senado Federal será chamado ao exercício da Presidência da República, em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, preferencialmente ao Presidente da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal
 - D) o Presidente do Supremo Tribunal Federal, como membro do Poder Judiciário, tem como garantias funcionais a vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício; a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público; e a irredutibilidade de subsídios
30. Das alternativas abaixo, aquela que traz descrição adequada sobre os remédios constitucionais é:
- A) o *habeas corpus* impetrado contra ato coator imputado à Turma Recursal, existente no âmbito dos Juizados Especiais da Justiça local, é de competência originária do Tribunal de Justiça do Estado, que irá processá-lo e julgá-lo
 - B) o mandado de injunção tem por pressuposto a existência de norma regulamentadora de texto constitucional que assegure o exercício dos direitos às liberdades constitucionais e às prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania
 - C) o *habeas data* impetrado com objetivo de assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais, dispensa o pagamento das custas processuais incidentes, desde que alegada e provada a insuficiência de recursos
 - D) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados
31. São condições de elegibilidade, na forma da lei, dentre outras previstas para cada caso:
- A) o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral e o domicílio eleitoral na circunscrição
 - B) a maioria civil, o pleno exercício dos direitos políticos e o alistamento eleitoral na circunscrição
 - C) a filiação partidária, a condição de brasileiro nato e o exercício pleno dos direitos civis
 - D) a maioria civil, o domicílio eleitoral e o alistamento eleitoral
32. A alternativa que guarda pertinência e adequação quanto aos Direitos e Garantias Fundamentais insculpidos no Texto Constitucional é:
- A) a publicidade dos atos processuais não poderá ser restringida por lei, uma vez que ela é princípio constitucional expresso no art. 37, *caput*
 - B) a quebra de sigilo da comunicação telefônica poderá fazer prova em processo penal ou cível, desde que autorizada por determinação judicial, em observância ao princípio da legalidade
 - C) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, é assegurada a todos, independentemente do pagamento de taxas
 - D) o contraditório e a ampla defesa nos processos judiciais estão assegurados constitucionalmente, embora quanto aos processos administrativos eles não estejam expressamente mencionados na Lei Maior

- 33.** A Constituição Federal prevê expressamente o que é de competência privativa do Presidente da República. Diante disso, é sua competência nomear e exonerar Ministros de Estado e, após aprovação do Senado Federal, nomear:
- os Membros do Conselho da República
 - os Procuradores da República
 - o Advogado-Geral da União
 - os diretores do Banco Central
- 34.** Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar Medidas Provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. Com base nesta afirmativa e no estudo sobre processo legislativo, e à luz da Carta da República de 1988, a alternativa que caracteriza regularmente as Medidas Provisórias é:
- não podem ser editadas aquelas que versem sobre matéria relativa à cidadania e à organização do Ministério Público
 - não produzirão efeitos no exercício financeiro seguinte aquelas que, implicando instituição de impostos, não se converterem em lei até o dia da sua edição
 - entrarão em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, aquelas não apreciadas em até trinta dias contados de sua aplicação
 - perderão eficácia aquelas que não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável única vez por período igual, preservadas as situações jurídicas dela decorrentes
- 35.** Tem-se que a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. O Tribunal de Contas da União tem como competência fiscalizar:
- a aplicação de recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Municípios
 - contas nacionais das empresas supranacionais, com participação da União no capital social delas, de forma direta ou indireta, nos termos da lei específica
 - contas prestadas pelo Presidente da República, após seu mandato, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento
 - a legalidade dos atos de admissão de pessoal a qualquer título, na administração direta e indireta, excluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, e as nomeações para cargo de provimento em comissão
- 36.** Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, mandado de segurança, e, em recurso ordinário, julgar:
- habeas data* decidido em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão
 - mandado de injunção decidido em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão
 - habeas corpus* decidido em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão
 - ação cível pública decidida em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão
- 37.** Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, e julgar, em recurso ordinário, respectivamente:
- os *habeas data* e os *habeas corpus* contra ato de Ministro de Estado e os *habeas data* e os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais
 - os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado e os mandados de segurança e os *habeas corpus* decididos em última instância pelos Tribunais Regionais Federais
 - os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado e os *habeas corpus* e os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais
 - os *habeas corpus* e os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado e os mandados de segurança e os *habeas corpus* decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais
- 38.** O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica no regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Com base nessa informação e no Texto Constitucional Federal, é correto dizer que é função institucional do Ministério Público promover:
- inquérito civil, privativamente, e ação penal pública, na forma da lei, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos
 - expedição de notificações nos procedimentos administrativos de sua competência e requisição de informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva
 - ação de inconstitucionalidade para fins de intervenção da União e dos Estados, e representação, nos casos previstos em lei
 - requisição de diligências e de inquéritos policiais e indicação dos fundamentos legais, para fins de denúncia

39. À luz do tema “da Tributação e do Orçamento” e baseado na Constituição Federal de 1988, tem-se que compete aos Municípios instituir impostos sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de:
- A) direitos reais de garantia
 - B) bens imóveis, por acessão física
 - C) cessão de direitos a sua aquisição
 - D) direitos reais sobre imóveis, por acessão física
40. De acordo com o tema “Ordem Econômica e Financeira”, o Estado é agente normativo e regulador da atividade econômica. Para isto, ele exercerá, constitucionalmente, as funções de:
- A) incentivo, acompanhamento e controle
 - B) coordenação, planejamento e controle
 - C) fiscalização, incentivo e planejamento
 - D) fiscalização, coordenação e incentivo
41. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base, dentre outros, nos seguintes objetivos:
- A) diversidade na forma de participação no custeio e equidade na prestação de serviços
 - B) universalidade da cobertura, do atendimento e seletividade na prestação dos benefícios
 - C) distributividade na prestação dos benefícios e equivalência na cobertura do atendimento
 - D) uniformidade dos benefícios às populações urbanas e rurais e equidade da base de financiamento
42. Com base na Constituição Federal, compete aos Municípios:
- A) promover programas de educação pré-escolar
 - B) organizar o credenciamento territorial
 - C) suplementar a legislação federal
 - D) suprimir distritos

DIREITO FINANCEIRO

43. De acordo com o art. 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, constante do capítulo “Da Despesa Pública”, a ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro referente ao:
- A) exercício em vigor e o subsequente
 - B) exercício em vigor e os dois subsequentes
 - C) exercício em que deva entrar em vigor e os dois subsequentes
 - D) exercício seguinte em que deva entrar em vigor e o subsequente
44. Segundo o art. 4º da Lei Complementar n.º 101 de 04.05.2000, a Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá ao disposto no § 2º do art. 165 da Carta Magna de 1988, ou seja, por este § 2º, ela compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. Assim como, à luz do inciso I, do artigo 4º, da Lei Complementar citada acima, disporá também sobre:
- A) as condições exigidas para transferências de recursos a entidades, se públicas, e o equilíbrio das despesas e orçamentos públicos
 - B) o equilíbrio entre receitas e despesas, e as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financeiros com recursos dos orçamentos
 - C) o equilíbrio entre entidades públicas para a transferência de recursos, e as normas relativas ao controle e avaliação dos resultados dos recursos financiados pelos orçamentos públicos
 - D) as normas relativas ao controle e à avaliação dos recursos dos programas financiados com os recursos dos orçamentos públicos, e demais condições exigidas para a transferência de recursos entre as entidades públicas
45. Conforme se vê do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Projeto de Lei Orçamentária Anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas da Lei Complementar n.º 101 (LRF) conterá:
- A) demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e as metas constantes do documento denominado Anexo de Metas Fiscais
 - B) reserva de contingência, com forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente bruta, estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias
 - C) registro regionalizado do efeito sobre as receitas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza econômica
 - D) quadro detalhado das medidas de compensação a aumento de receitas ou de despesas obrigatórias e continuadas
46. A Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que as despesas da União serão incluídas na Lei Orçamentária Anual, sendo integradas às despesas da União as do Banco Central do Brasil relativas a:
- A) investimento assistencial aos servidores
 - B) custeio financeiro
 - C) encargos fiscais
 - D) pessoal

- 47.** A alternativa que apresenta adequadamente um texto relativo ao capítulo “Da Despesa Pública”, constante da Lei Complementar n.º 101 (LRF), no que tange às despesas com pessoal, é:
- A) a despesa total com pessoal será apurada, somando-se a realizada no mês em referência com a dos onze imediatamente anteriores, sendo adotado o regime de competência
 - B) a totalização da despesa realizada no mês da apuração com a dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, configura a despesa total com pessoal
 - C) a soma da despesa do mês de competência com a dos onze meses anteriores, após apuração, adotando-se o regime de competência, configura a despesa total com pessoal
 - D) a apuração da despesa total com pessoal será feita, somando-se a despesa realizada no mês de competência com a dos onze imediatamente anteriores, sendo adotado o regime de competência
- 48.** Os princípios do Direito Financeiro são os enunciados genéricos que informam a criação, a interpretação e a aplicação das normas jurídicas financeiras. Miguel Reale preceitua com brilhantismo ímpar: “Princípios gerais de direito são enunciações normativas de valor genérico, que condicionam e orientam a compreensão do ordenamento jurídico, quer para a aplicação e interpretação, quer para a elaboração de novas normas”. A alternativa que apresenta princípios gerais de Direito Financeiro expressos na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, respectivamente, é:
- A) proibição de analogia e capacidade contributiva
 - B) não afetação e proibição de analogia
 - C) analogia e anterioridade tributária
 - D) universalidade e afetação
- 49.** Da Carta Magna, no capítulo “Das Finanças Públicas”, tem-se que a lei complementar disporá sobre:
- A) finanças públicas e compatibilização das funções das instituições de crédito da União, resguardadas as condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento nacional
 - B) dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias e fundações, salvo a das demais entidades controladas pelo Poder Público e emissão e resgate de títulos da dívida pública
 - C) concessão de garantias pelas entidades públicas e dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público
 - D) fiscalização das instituições financeiras e operações realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
- 50.** Das alternativas abaixo, a que apresenta texto adequado à teoria sobre plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e aos orçamentos anuais é:
- A) os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição da República serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Senado Federal
 - B) a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, nacionalmente, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada
 - C) a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se nesta proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei
 - D) o Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária; e a lei orçamentária anual compreenderá, por exemplo, o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto
- 51.** O artigo 166 da Carta da República dispõe que os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum. A alternativa que guarda, em seu texto, coerência com esta disposição é:
- A) as emendas ao projeto de lei do orçamento anual, ou aos projetos que o modifiquem, somente podem ser aprovadas caso, por exemplo, indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre, por exemplo, serviço da dívida
 - B) o Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere o artigo citado no enunciado desta questão, após iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta
 - C) os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias, do orçamento anual e dos créditos adicionais serão enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos de lei complementar
 - D) os recursos que, em decorrência de emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes não poderão ser utilizados mediante créditos especiais ou suplementares

- 52.** A Constituição Federal, no seu artigo 167, integrante este artigo do capítulo “Das Finanças Públicas”, em especial, na seção II, “Dos Orçamentos”, veda expressamente:
- A) a vinculação de receita de tributos a órgão, fundo ou despesa, bem como a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, como determinado por lei complementar
 - B) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação, na forma da lei complementar, bem como a assunção de despesas diretas que não ultrapassem os créditos adicionais
 - C) a realização de operações de créditos que excedam os montantes das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, bem como a prestação de garantia de crédito por antecipação de receitas
 - D) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, bem como a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas, que excedam os créditos orçamentários ou adicionais
- 53.** À luz da Constituição Federal, capítulo “Das Finanças Públicas”, artigo 167, os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos seguintes prazos:
- A) nos últimos quatro meses daquele exercício
 - B) até os últimos quatro meses daquele exercício
 - C) até quatro meses do término daquele exercício
 - D) dentro dos quatro meses subsequentes ao término daquele exercício
- 54.** Com base no artigo 169, referente ao capítulo “Das Finanças Públicas”, a alternativa que guarda adequação com este texto legal é:
- A) a alteração da estrutura de carreiras bem como a admissão pelas empresas públicas e fundações, a qualquer título, só poderá ser feita por prévia autorização em lei específica
 - B) os repasses de verbas federais e estaduais, aos municípios e ao Distrito Federal, que não observarem os limites da Lei de Diretrizes Orçamentárias, serão imediatamente suspensos
 - C) a concessão de aumento de remuneração, a criação de funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, só poderão ser feitas, por exemplo, se houver autorização prévia em lei específica, ressalvadas as empresas públicas e as fundações
 - D) a concessão de qualquer vantagem e a criação de cargos pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta só poderão ser feitas, por exemplo, se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes
- 55.** A criação, majoração ou extensão de benefício ou serviço relativo à Seguridade Social deverão ter a seguinte condição relativa à fonte de custeio total:
- A) demonstração
 - B) comprovação
 - C) discriminação
 - D) indicação
- 56.** A responsabilidade na gestão fiscal, com base na lei pertinente, pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a:
- A) renúncia de receita, inclusive por antecipação de receita
 - B) operações de crédito, salvo por concessão de garantia
 - C) apuração de crédito, salvo por antecipação de receita
 - D) não inserção em Restos a Pagar
- 57.** “Um contrato considerado irregular foi sustado pelo Congresso Nacional, que tem tal atribuição constitucional”. Baseado na assertiva acima, a alternativa que representa adequadamente o tipo de controle exercido pelo Congresso Nacional, por ser atribuição sua, é:
- A) administrativo
 - B) financeiro
 - C) judicial
 - D) prévio
- 58.** A alternativa que apresenta de maneira adequada o papel do Tribunal de Contas da União no controle da Administração Pública é:
- A) o auxílio do Congresso Nacional na fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União abrange a renúncia de receitas
 - B) a administração pública está sujeita ao controle legislativo ou parlamentar, por meio da fiscalização hierárquica e de recursos administrativos
 - C) o Poder Judiciário poderá apreciar a legalidade e o mérito do ato ou da atividade administrativa, tendo em vista o princípio da inafastabilidade deste Poder
 - D) os atos administrativos, quando sob controle jurisdicional, restringem-se à aferição da legalidade da prática administrativa, uma vez que os atos discricionários escapam ao controle do Poder Judiciário

59. A Constituição Federal prevê que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

- A) aplicar aos responsáveis, no que couber, as sanções previstas na lei complementar, que estabelecerá multa aos infratores pelo dano causado ao erário
- B) prestar as informações solicitadas pela Câmara dos Deputados sobre o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial
- C) controlar o poder regulamentar do Presidente da República, como também controlar, legislativamente, o Presidente da República
- D) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, em todos os seus atos

60. A alternativa que se apresenta adequadamente descrita quanto ao tema controle da Administração Pública, à luz da Carta da República, é:

- A) o Tribunal de Contas da União é integrado por onze ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, por determinação prevista expressamente na Constituição Federal
- B) os Ministros do Tribunal de Contas da União, conforme prevê o § 2º, do art. 73, da Constituição Federal, serão escolhidos, um terço pelo Congresso Nacional e os outros dois terços pelo Presidente da República, respectivamente, mediante aprovação do Senado Federal
- C) a ausência ou insuficiência dos esclarecimentos necessários à Comissão Mista Permanente quanto a indícios de despesas não autorizadas obriga tal Comissão a solicitar ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo, expressamente previsto na Constituição Federal vigente, de sessenta dias
- D) o conhecimento, por parte dos responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão da administração federal com uma organização social, de prática de ilegalidade na utilização de recursos de origem pública por esta organização, obriga tais responsáveis a dar ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

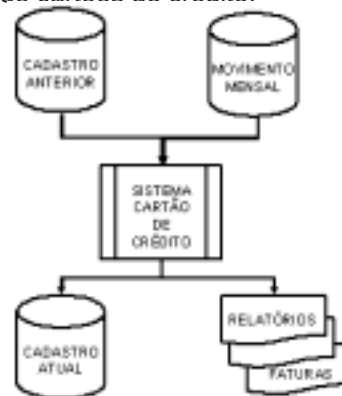
61. As memórias RAM dos microcomputadores Pentium atuais possuem capacidades de armazenamento próximas à seguinte faixa de valores:

- A) 2400 a 56000 Bytes
- B) 32 a 512 MBytes
- C) 16 a 256 kBytes
- D) 10 a 80 GBytes

62. As impressoras e *scanners* são conectados aos microcomputadores atuais por meio de interfaces conhecidas por:

- A) IDE e USB
- B) COM1 e IDE
- C) USB e CENTRONICS
- D) CENTRONICS e COM1

63. Observe a figura que se refere ao esquema de processamento de dados para a emissão da fatura a ser enviada e paga pelos usuários de uma empresa de cartões de crédito.



- As informações gravadas em CADASTRO ANTERIOR e CADASTRO ATUAL referem-se às informações dos usuários, que não são alteradas com frequência.
- O processamento do sistema acontece em datas pré-estabelecidas, nos dias 10, 20 e 30 de cada mês.
- A transcrição dos dados para o MOVIMENTO MENSAL é realizada em lotes de 70 documentos, cada um.

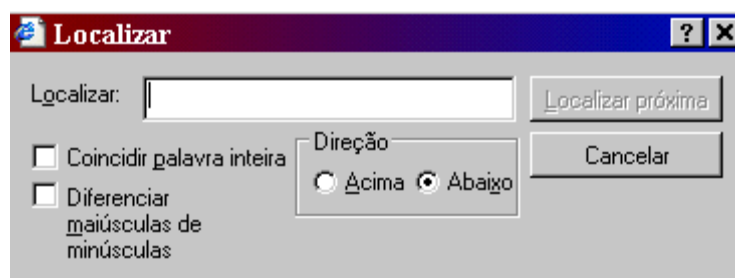
Este esquema de processamento refere-se à modalidade do tipo:

- A) *batch*
- B) *on line*
- C) *real time*
- D) *time sharing*

64. No ambiente de microinformática, a realização de *backup* constitui uma tarefa de grande importância, relacionada à integridade das informações. Nessa tarefa, as mídias mais empregadas são:

- A) disquetes de 3 ½ pol e memória ROM
- B) disco rígido e memória cache
- C) memória RAM e DVD
- D) CD-ROM e fitas DAT

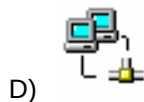
65. Como procedimento a ser empregado na área de microinformática com acesso à Internet, deve-se configurar nos microcomputadores, para combate à incidência de vírus, os *softwares* indicados na seguinte alternativa:
- A) WinZip ou Panda Antivírus
 B) Sircam ou WinAmp Antivírus
 C) McAfee VirusScan ou Norton Antivírus
 D) Dreamweaver ou Advanced Antivírus
66. Um usuário da Internet está acessando o site do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro por meio do browser Internet Explorer versão 6, em português, conforme mostrado na figura.



Para localizar, nesta página, a palavra **relatório**, o usuário faz uso da janela acima, que é acionada por meio da tecla de atalho indicada na alternativa:

- A) Ctrl + L
 B) Ctrl + F
 C) Alt + L
 D) Alt + F

67. No ambiente Windows 2000 Professional, versão em português, para “**Meus Locais de Rede**” é utilizado o seguinte ícone:



68. No ambiente Word, em português, um funcionário está digitando um texto e, em dado momento, marca um parágrafo através da opção **Copiar** e, levando o cursor para o final do texto, aciona **Colar**. Em seguida, observando que copiou o parágrafo errado, quer desfazer a operação de **Colar**. Para isso, deve acionar a opção **Desfazer** ou acionar simultaneamente a tecla Ctrl e:

- A) C
- B) D
- C) V
- D) Z

69. Um funcionário está com uma planilha aberta no Excel e, antes de realizar a operação de impressão propriamente dita, deseja visualizar a impressão. Para isso, o *software* Excel disponibiliza um ícone que está mostrado na seguinte alternativa:



70. Um funcionário deseja baixar os programas da Receita Federal para elaborar a sua declaração de renda. Os processos referentes à captura dos programas da Internet e ao envio da declaração já preenchida, são denominados, respectivamente:

- A) “overload” e “inload”
- B) “download” e “inload”
- C) “overload” e “upload”
- D) “download” e “upload”